

Receita poderá ter prazo máximo de 60 dias para restituição do IR

Senado aprova projeto que regula a devolução do Imposto de Renda pago a mais pelo contribuinte. A proposta, do senador Pedro Simon, prevê o pagamento de juros de mora de 1% ao mês a partir do período estabelecido

PÁGINA 5



Críticas à atual política de incentivo marcaram a reunião de ontem da subcomissão

PRESIDENTE DE SUBCOMISSÃO DEFENDE UMA NOVA POLÍTICA PARA O CINEMA

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador José Fogaça, disse ontem que as medidas adotadas até o momento pelo governo federal para incentivar a indústria cinematográfica nacional são "insuficientes". Ele pregou a adoção de novas políticas públicas para o setor, "mais contundentes".



Em mais uma audiência pública realizada pela subcomissão, foram ouvidos os cineastas Helvécio Ratton e Sérgio Santeiro e a produtora Mariza Leão. O relator Francelino Pereira defendeu

maior aproximação entre os parlamentares e os cineastas.

PÁGINA 8

Senado examina 31 matérias na semana

PÁGINA 3



Souto e Tebet ouvem o desembargador Odiles Souza

Desembargador de MT admite amizade com empresário acusado de vender sentenças

PÁGINA 7



Paulo Cabral, ACM, Isa Chateaubriand e João Augusto Cabral participam da homenagem aos Associados

Plenário faz sessão de homenagem aos 75 anos dos Diários Associados

PÁGINA 6

Fraga: economia está sob controle

Presidente do Banco Central diz em seminário promovido pelo PFL que governo está administrando câmbio e inflação e país está pronto para retomar o desenvolvimento

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem no "Seminário sobre a Economia Brasileira", realizado pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, que o governo tem sob seu controle as principais variáveis macroeconômicas, como o câmbio e a inflação. Segundo Fraga, depois da crise que culminou com a desvalorização do real, em janeiro, o país está em condições de retomar o crescimento de forma sustentada.

Ao abrir o evento, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), explicou que o seminário tinha como objetivo dar ao partido informação e instrumentos para poder continuar colaborando com o governo. "Somos parceiros", disse Bornhausen.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, compareceu ao seminário acompanhado pelo vice-presidente da República, Marco Maciel.

Falando pelo Instituto Tancredo Neves, entidade do PFL voltada a estudos e pesquisas, o deputado e ex-ministro da Fazenda Eliseu Resende (MG) elencou os principais desafios da economia brasileira, citando por exemplo a necessidade que o país tem de



Deputado Inocêncio Coelho, Antonio Carlos Magalhães, o vice Marco Maciel, Armínio Fraga e Bornhausen

promover o crescimento na base de 4% ao ano, propiciando a criação de 1,5 milhão de novos empregos a cada ano. Para tanto, Eliseu acredita que é imprescindível a queda dos juros e uma política cambial que estimulasse as exportações.

Segundo Armínio Fraga, é essencial que o país mantenha o objetivo de ajustar as suas contas, permitindo assim maior tranquilidade na administração da política monetária e cambial: juros em queda gradual e solavancos mínimos na flutuação do dólar.

Participou também do seminário o

economista Paulo Rabelo de Castro, do Instituto Atlântico. Castro disse que, além de retomar o crescimento sem o risco da volta da inflação, o Brasil tem de vencer a batalha da distribuição de renda e da maior participação dos cidadãos no bolo da poupança nacional.

Participaram ainda do encontro os senadores José Agripino (RN), Belo Parga (MA), Moreira Mendes (RO), Bernardo Cabral (AM), Carlos Patrocínio (TO), José Jorge (PE), Maria do Carmo (SE), Edson Lobão (MA), Romeu Tuma (SP), Francelino Pereira (MG) e Eduardo Siqueira Campos (TO).



ACM recebe visita de governador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto), recebeu ontem o governador do Acre, Jorge Viana, em sua primeira visita depois de assumir o cargo, acompanhado pela senadora Marina Silva (PT-AC). Viana veio pedir apoio para o combate ao crime organizado em seu estado:

— O Acre enfrenta seus problemas com coragem e precisa da ajuda do Congresso, principalmente agora quando os fatos estão sendo investigados por uma CPI na Câmara, e um parlamentar já foi expulso de seu partido — disse Viana.

Cândido critica política de FHC para o funcionalismo

Em pronunciamento homenageando o Dia do Funcionalismo Público, transcrito ontem, senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lamentou que a categoria nada tenha a comemorar desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder. Ele citou dossiê elaborado pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Prac), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que realizou levantamento das perdas de benefícios e vantagens dos funcionários públicos federais nos últimos quatro anos.

O relatório, intitulado *O Que o Governo FHC Tem Feito Pelo Servidor Público*, relaciona mais de 50 itens que englobam perdas salariais, extinção de gratificação para cargos de chefia e mudanças

em benefícios, como o auxílio-alimentação. Os servidores inativos também sofreram com outras restrições, lembrou, destacando entre elas o recolhimento da contribuição para o Plano de Seguridade Social nas mesmas condições dos funcionários da ativa.

O senador observou que a proposta orçamentária do governo para 2000 reafirma "a disposição de destruir todo e qualquer instrumento de normalização em relação aos servidores, pois mais uma vez não inclui correção salarial do funcionalismo". Cândido finalizou anunciando que a categoria vem sendo convocada pelos sindicatos a uma paralisação no dia 10 de novembro, em protesto contra a política econômica de FHC.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-Feira (3.11.99)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC 211/93, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 (empresas abrirem creches e pré-escolas); *PLC nº 22/95, inclui parágrafo único no art. 400 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para criar incentivo fiscal (empresas abrirem creches e pré-escolas); *PDL nº 56/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço (MG); *PDL nº 57/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade dos Passarinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas (PR); *PDL nº 62/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul (RS); *PDL nº 63/98, aprova o ato que renova a concessão de A Gazeta do Espírito Santo - Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Vitória (ES); e *PDL nº 136/99, aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, *quorum* e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembleia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Quinta-Feira (4.11.99)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 13/95, cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal; *PDL nº 65/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista (BH); *PDL nº 71/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colon Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Joinville (SC); *PDL nº 74/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento (RS); e *PDL nº 76/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Negro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negro (PR).

Sexta-Feira (5.11.99)

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quarta-Feira (3.11.99)

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, e o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 64 e 84 da Constituição federal; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; *PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça; e *PLS nº 154/99, dispõe sobre a criação de Câmaras Intersindicais de Conciliação (CICs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado apreciou 31 matérias nesta semana

Destaque foi a aprovação de emenda constitucional que fortalece as comissões parlamentares de inquérito, tornando explícitos os poderes de busca e apreensão de documentos e quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de investigados

Trinta e uma matérias foram apreciadas pelo Senado nesta semana, entre elas a proposta de emenda constitucional que fortalece as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), tornando explícitos os seus poderes de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico e de busca e apreensão de documentos necessários às investigações.

A proposta foi enviada agora ao exame da Câmara, assim como as emendas feitas pelos senadores a três projetos aprovados pelos deputados. Também foi aprovada autorização para o governo brasileiro contratar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) crédito no valor de US\$ 2,2 bilhões. Ainda nesta semana, o plenário autorizou sete concessões de rádio e televisão, dois empréstimos externos e dois acordos internacionais.

Outros quatro projetos aprovados pelo plenário foram à Comissão Diretora para receber a redação final, com a qual serão submetidos a

turno suplementar.

Os senadores participaram também de sessão conjunta do Congresso Nacional, que aprovou projeto de conversão à Medida Provisória nº 1.918, sobre renegociação das dívidas originárias do crédito rural e de dívidas com o Funcafé.

COMISSÕES TÉCNICAS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável a propostas de mudanças na carreira diplomática e concessão de aposentadoria aos tabeliães e oficiais de registro. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoveu audiência pública a respeito de denúncias sobre irregularidades no funcionamento de casas de bingo. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores aprovaram parecer favorável à autorização de empréstimo de US\$ 2,2 bilhões junto ao BID e também projeto alterando o cálculo do programa de renda mínima para famílias carentes.

Além de aprovar quatorze con-



sões de rádio e televisão, a Comissão de Educação (CE) realizou programação relativa ao Dia do Professor, com homenagem póstuma ao ex-senador João Calmon. Os senadores também realizaram audiência pública com especialistas a respeito da criação da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

O plenário acolheu pedido de empréstimo de US\$ 2,2 bilhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

Matérias aprovadas pelo Senado

(de 26 a 28 de outubro de 1999)

| | |
|--|-----------|
| Emenda constitucional enviada à Câmara | 1 |
| Projetos enviados à sanção | 2 |
| Projetos enviados à promulgação | 18 |
| Projetos enviados à Câmara | 3 |
| Projetos aprovados em primeiro turno | 4 |
| Total de matérias aprovadas | 28 |
| Propostas enviadas ao arquivo | 3 |
| Total de matérias apreciadas | 31 |

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Aprovado parecer favorável a crédito de R\$ 141,8 milhões



A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização voltará a reunir-se na quinta-feira, quando deverá votar dois pedidos de crédito suplementar, que têm pareceres favoráveis de seus relatores

Comissão analisará suplementação orçamentária

Está marcada para quinta-feira nova reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para aprovar pedido de crédito suplementar a vários ministérios, no valor de R\$ 191 milhões, e outro, no valor de R\$ 76 milhões, para o Ministério dos Transportes. Ambos os projetos têm pareceres favoráveis dos relatores, senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Romero Jucá (PSDB-RR).

O presidente da comissão, sena-

dor Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), está acertando a data para a realização de uma audiência pública com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que poderá ser realizada ainda na próxima semana. Na reunião da quinta-feira também poderá incluir na pauta de votações outros pedidos de crédito suplementar ao Orçamento deste ano, que está em execução.

Ontem, o presidente, os líderes

partidários na comissão e os relatores do Plano Plurianual (PPA), deputado Renato Viana (PMDB-SC), e do Orçamento de 2000, deputado Carlos Melles (PFL-MG), realizaram reunião fechada para negociar a escolha dos sub-relatores. São ao todo dez sub-relatores para o PPA e outros dez para o Orçamento. As negociações para a indicação dos nomes de deputados e senadores para os cargos ainda não foram concluídas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem parecer favorável a crédito suplementar no valor de R\$ 141,86 milhões ao Orçamento que está sendo executado este ano, em favor da Presidência da República e dos ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia, Fazenda, Educação, Defesa, Minas e Energia, Relações Exteriores, Saúde e Transportes. Os recursos, de acordo com o relator da matéria, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), vão garantir o pagamento de juros, amortização, encargos de financiamento e do principal das dívidas interna e externa.

Os recursos necessários para a abertura do crédito suplementar serão provenientes da emissão de títulos da dívida pública, do cancelamento de dotações custeadas com essa mesma fonte no Orçamento, e também com os recursos diretamente arrecadados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), segundo o relator.

Essa suplementação, acrescentou, justifica-se devido à variação cambial ocorrida este ano, que ficou acima da prevista por ocasião da elaboração da proposta orçamentária de 1999. Há também, segundo o relator, um ajustamento resultante de renegociação de dívida contratual interna da União. A matéria

foi aprovada na comissão com três votos contrários de deputados.

O outro crédito suplementar que recebeu parecer favorável da comissão, no valor de R\$ 57,634 milhões, será destinado a operações oficiais de crédito, com objetivo de reforçar o Orçamento de 1999 para cobrir despesas com empréstimos, amortização, pagamento de juros e outros encargos da dívida externa de responsabilidade da União. O relator da matéria, deputado Paulo Mourão (PSDB-TO), também argumenta que os recursos são necessários devido à desvalorização do real com relação ao dólar.

Desse total, R\$ 50,922 milhões deverão ser aplicados em ações complementares de diversos estados. Outros R\$ 4,107 milhões vão suplementar atividades envolvendo operações financeiras com títulos da dívida externa. Os restantes R\$ 2,605 milhões serão destinados ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), para a realização de obras e compra de equipamentos. A matéria foi aprovada por unanimidade e a reunião da comissão foi presidida pelo deputado Jovair Arantes (PSDB-GO). Os projetos dependem ainda de deliberação do plenário do Congresso Nacional.

Motivo da demissão por justa causa deve ser comunicado por escrito

Proposta foi aprovada pelo plenário na forma de substitutivo e vai voltar à Câmara

Quando o empregado for despedido sob alegação de justa causa, o empregador deverá comunicar, no ato da demissão e por escrito, quais os motivos que levaram à dispensa, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado em turno suplementar. Caso seja judicialmente comprovado que uma demissão por



Geraldo Cândido relatou projeto que altera dispositivo da CLT

justa causa foi motivada por discriminação política, ideológica, religiosa ou de natureza sexual, a dispensa será considerada nula para todos os efeitos legais. A proposta, que implica duas modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi aprovada na forma

de substitutivo pelo plenário do Senado e deverá ser submetida a nova apreciação da Câmara.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator do projeto na CAS, acolheu emenda da senadora Marina Silva (PT-AC) que restringe a tipificação da embriaguez como falta grave causadora da ruptura do contrato de trabalho

apenas quando o estado de alcoolização houver sido verificado em serviço. Assim, a embriaguez só poderá ensejar demissão se for habitual e no serviço, e se o empregado já tiver sido advertido e encaminhado a tratamento clínico adequado.

Substitutivo sobre cláusula de barreira vai retornar à CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania voltará a examinar substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) que antecipa para as eleições de 2002 a exigência do critério de desempenho para o acesso das agremiações ao fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão. A matéria seria votada em turno suplementar ontem, mas retornou à CCJ em função de emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pretende adiar para 2010 a entrada em vigor da lei.

O substitutivo estabelece que, para ter acesso ao rateio de 90% dos recursos do fundo partidário, as legendas deverão ter obtido, já na última eleição, 5% dos votos na Câmara dos Deputados (não computados brancos e nulos) distribuídos em pelo menos um terço dos estados da Federação, com mínimo de 2% em cada um deles. Os



Emenda de Dutra adia para 2010 entrada em vigor da cláusula

partidos que tenham alcançado esse desempenho passam a ser classificados como de caráter nacional. Os percentuais já existem na atual Lei Eleitoral, que prevê a exigência do desempenho somente a partir de 2006.

Com relação ao horário gratuito, o substitutivo rateia um décimo do horário entre todos os partidos, e os nove décimos restantes somente entre aqueles que tenham caráter nacional. Hoje a legislação distribui um terço do tempo total disponível entre todas as agremiações, e dois terços de acordo com os votos obtidos para a Câmara.

Dutra disse que, com a emenda, estará "dando ao Senado uma segunda oportunidade de sanar um vício grave de inconstitucionalidade. O substitutivo, ao estabelecer vigência imediata para a chamada cláusula de barreira, será contestado no STF porque fere direitos adquiridos", garantiu.

Concessões a sete emissoras de rádio foram renovadas

Sete projetos de decreto legislativo referentes a concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão foram aprovados ontem pelo Senado. A Rádio Sete Colinas (MG), a Rádio Progresso de Russas (CE), a Rádio Colonial (RS), a SPS Rádio e Publicidade da cidade de Torres (RS) e a Rádio Educadora de Canoas (RS) tiveram suas respectivas concessões renovadas.

A Prefeitura de Cariacica (ES) e a Fundação Rômulo Neves Balestrero, sediada em Vitória (ES), por sua vez, foram autorizadas a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Criado Dia Nacional de Vacinação de Idosos

O Programa Nacional de Imunizações, por intermédio, do Sistema Único de Saúde (SUS), deverá incorporar em suas atividades o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade, em que serão oferecidas, no mínimo, as vacinas antigripal, antipneumocócica e anti-tetânica.

É o que prevê o texto do substitutivo do senador Geraldo Althoff (PMDB-SC) a projeto de lei da Câ-

mara aprovado ontem pelo plenário do Senado.

Pela proposta – que será novamente apreciada pelos deputados –, a vacinação abrangerá também as pessoas de terceira idade internadas em instituições próprias, conveniadas ou contratadas do SUS, residentes em instituições asilares, casas de repouso ou geriátricas, que receberão carteira de vacinação.



Althoff, relator do projeto: imunização contra gripe, tétano e pneumonia



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 108, de 1999 (Of. "S" nº 17/99). CAE. Autoriza o estado de Roraima a contratar operação de crédito de US\$ 26 milhões junto à Corporación Andina de Fomento - CAF, cujos recursos serão destinados à distribuição de energia elétrica.

Resultado: Aprovado o projeto. A matéria vai à promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 109, de 1999 (Mensagem nº 98/99). CAE. Autoriza a contratação de operação de crédito externo de até US\$ 2,2 milhões entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional do Brasil.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-Plen. A matéria vai à promulgação.

3

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994 (nº 1.306/91, na Casa de origem). Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (comunicação por escrito, pelo empregador, quando houver demissão por justa causa).

Resultado: Prejudicadas as emendas nºs 1 e 2-Plen. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1998 (nº 2.242/96, na Casa de origem). Cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAS (substitutivo). Prejudicado o projeto. A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1999 (nº 2.523/96, na Casa de origem). Presidente da República. Denomina "Rodovia Ulysses Guimarães" a BR-282.

Resultado: Aprovado. À sanção.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1996 (nº 37/95, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão à Rádio Sete Colinas FM em Uberaba (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1997 (nº 431/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão à Rádio Progresso OM de Russas (CE).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1998 (nº 514/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Colonial OM de Três de Maio (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1998 (nº 515/97, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão à SPS Rádio e Publicidade FM de Torres (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1998 (nº 600/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Educadora OM de Canoas (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

11

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 1999 (nº 140/99, na Câmara dos Deputados). Autoriza a prefeitura de Cariacica a executar serviço de radiodifusão FM em Cariacica (ES).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

12

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 1999 (nº 187/99, na Câmara dos Deputados). Outorga à Fundação Rômulo Neves Balestrero direito de executar serviço de radiodifusão FM em Vitória (ES).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

13

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1997. Pedro Simon. Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte, e dá outras providências.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ-CAE (substitutivo) e as subemendas nºs 1 e 2-CAE. Prejudicado o projeto. A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

14

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999. José Agripino. Altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096, de 1995, e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096, de 1995, e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.

Resultado: Lida a Emenda nº 1-Plen. A matéria volta à CCJ para apreciação da emenda.

15

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1999. Luiz Estevão. Modifica a Lei Complementar nº 53, de 1986, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra de veículos por paraplegicos e portadores de defeitos físicos.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

16

Requerimento nº 591, de 1999. Paulo Hartung. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 22, de 1999, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PRS nº 22/99 vai ao arquivo.

17

Requerimento nº 592, de 1999. Paulo Hartung. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 27, de 1999, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PRS nº 27/99 vai ao arquivo.

18

Requerimento nº 629, de 1999. Mozarildo Cavalcanti. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1999, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 233/99 vai ao arquivo.

19

Requerimento nº 619, de 1999. Geraldo Cândido. Solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1999, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior.

20

Requerimento nº 632, de 1999. Paulo Hartung. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 266, de 1996, e 560, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 266/96 e 560/99 passam a tramitar em conjunto e vão às CI, CAE e CCI.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Em plenário, diversos senadores elogiaram iniciativa de Pedro Simon de apresentar o projeto

Plenário dá prazo máximo de 60 dias para devolução do IR

Projeto, que ainda será votado em turno suplementar, foi aprovado com a previsão de juros de mora de 1% ao mês em caso de atraso

O projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa o prazo de até 60 dias após a entrega da declaração para que seja devolvido ao contribuinte o Imposto de Renda pago em montante superior ao devido foi aprovado ontem pelo plenário. Os senadores acolheram a proposta na forma de substitutivo elaborado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e a matéria precisa ser aprovada em turno suplementar para ser enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

Segundo a proposta, o imposto a ser restituído terá acréscimo de juros

calculados com base no mesmo índice utilizado para atualização dos créditos da União, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base. Juros de mora de 1% ao mês ou fração incidirão sobre o montante caso a restituição não se efetue no prazo de 60 dias.

Ao defender o projeto em plenário ontem, Pedro Simon ressaltou a aprovação tranquila obtida nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Disse que o projeto é absolutamente justo porque estabelece prazo para a restituição de uma contribuição que

vem sendo paga desde janeiro do ano anterior.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) louvou a iniciativa e a sensibilidade de Simon "num assunto que é crucial para quem tem no seu contracheque esse desconto na fonte para recebê-lo não se sabe quando". Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou-se a favor do projeto observando que estabelece justiça fiscal, já que não faz sentido a demora de quase dois anos para que o contribuinte receba o imposto pago a mais, enquanto Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) expressou o apoio de seu partido à proposta.

Senado autoriza Roraima a buscar recursos externos para eletrificação

Os senadores também aprovaram ontem projeto de resolução autorizando o governo de Roraima a contratar empréstimo externo junto à Corporación Andina de Fomento no valor de R\$ 57,2 milhões para financiar parcialmente o Projeto Suprimento de Energia Elétrica do Estado de Roraima. A operação será garantida pela União e recebeu pareceres favoráveis do Banco Central, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) emitiu parecer contrário à aprovação de três emendas apresentadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) e o plenário as rejeitou.

As emendas modificavam o projeto de modo a colocar como tomador do empréstimo não o governo de Roraima, mas a Companhia de Energia estadual (CER). Segundo argumentou Jucá, como dentro de pouco tempo a empresa deverá ser encampada pela Eletrobrás para, depois, ser privatizada, se



Relator, Mestrinho entendeu que emendas apresentadas por Jucá não deveriam ser aprovadas

a dívida fosse inscrita para a CER, por ocasião da incorporação à Eletrobrás, seriam repassados tanto o patrimônio da empresa quanto a dívida decorrente do empréstimo, sem ônus para o estado de Roraima.

Jucá disse ter consultado o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a Secretaria do Tesouro Nacional, dos quais obteve a garantia de que suas emendas

não implicariam atraso ou inviabilização do empréstimo. Este também foi o entendimento dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Álvaro Dias (PSDB-PR), que consideraram oportuno transformar a iniciativa de Jucá em regra. Marina Silva (PT-AC) considerou que, dado o aval da União, as discussões sobre qual o tomador do empréstimo seriam irrelevantes.

Para o relator, no entanto, cabe ao Senado autorizar operações de crédito com base em documentos oficiais e não em conversas pessoais com autoridades econômicas. Além disso, a seu ver, os pareceres favoráveis do BC e do Tesouro referiram-se à capacidade de endividamento do governo de Roraima e não da CER. Com o relator, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) observou que o argumento de Jucá não era procedente porque o acionista majoritário da CER, com mais de 70% das ações, é o governo estadual. Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou-se, em nome da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), favorável ao parecer de Gilberto Mestrinho.

Empréstimo de US\$ 2,2 bilhões junto ao BID poderá ser contratado

O governo brasileiro poderá contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 2,2 bilhões para financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, conforme autorização aprovada ontem pelo plenário do Senado.

As senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC), com base no fato de que esses recursos, pelo contrato efetuado, não poderão ser transformados em real e, portanto, aplicados diretamente na área social, defenderam a autorização do empréstimo, mas sob a condição de que o governo federal garantisse, no Orçamento da União para 2000, R\$ 4 bilhões para o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Essa condição constava de emenda de plenário apresentada por Heloísa Helena, sobre a qual o senador Luiz Otávio (PPB-PA), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário, emitiu parecer contrário, sendo acompanhado pela maioria. O relator recomendou a aprovação apenas de emenda de redação apresentada por Ney Suassuna (PMDB-PB).

Heloísa Helena baseou sua proposta de emenda em observações feitas pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) em relatório que apresentou à Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

sobre o projeto. No parecer, o senador referiu-se a audiência pública em que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, teria demonstrado "à exaustão que existe a impossibilidade legal da conversão dos US\$ 2,2 bilhões em reais, a fim de serem adicionados ao Programa de Proteção Social do governo brasileiro".

Antero de Barros enfatizou, ainda, que os recursos do BID não são aplicados diretamente, pois "destinam-se a financiar o déficit público e reforçar as reservas cambiais do país", segundo esclarecimento dado pela própria instituição. O empréstimo, assim, teria como contrapartida a obrigação de o governo brasileiro manter gastos básicos em áreas sociais, protegendo esses gastos dos cortes requeridos para cumprir as metas de ajuste da economia. "Não significa que não haja algum corte nestas áreas, mas sim que os cortes serão bem menores", segundo informou o BID.

Para Marina Silva, se o Senado criou uma comissão mista especificamente para tratar da erradicação da pobreza no país, por coerência, deveria aprovar a condição proposta por Heloísa Helena como forma de "exigir que o governo cumpra os acordos que faz, ao invés de utilizar as ações sociais como mero guarda-chuva".



Luiz Estevão, autor do projeto, e Nabor Júnior, que elaborou o substitutivo: isenção será condicionada a perícia médica

Aprovada isenção de IPI para automóveis de deficientes físicos

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a projeto de Luiz Estevão (PMDB-DF) estabelecendo isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de fabricação nacional que apresentem características especiais e sejam adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física. A proposta foi votada em turno suplementar e agora vai à Câmara dos Deputados.

Pela proposta, o benefício so-

mente poderá ser utilizado uma vez a cada três anos. Para habilitar-se à isenção tributária, o comprador deverá apresentar laudo de perícia médica, especificando o tipo de deficiência e atestando sua incapacidade para dirigir veículos comuns. Caso o deficiente físico queira transferir a propriedade do veículo, antes do decurso do prazo de três anos, ele será obrigado a pagar o imposto dispensado, acrescido de atualização monetária, juros de mora e multa.

Arruda abre homenagem aos Diários Associados

Diversos outros parlamentares falaram ontem durante a sessão comemorativa realizada, no plenário do Senado, para marcar os 75 anos de existência da rede de comunicação fundada por Assis Chateaubriand

Poucas instituições brasileiras completam 75 anos de existência tendo mais futuro que passado, afirmou o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), para quem é exatamente esse o caso da rede de comunicação Diários Associados, que chegou ao seu 75º aniversário no dia 2 de outubro.

A organização foi homenageada ontem em sessão comemorativa, que resultou de requerimento apresentado conjuntamente pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Romero Jucá (PSDB-RR), Djalma Bessa (PFL-BA), Mauro Miranda (PMDB-GO) e José Roberto Arruda.

Vários representantes do grupo compareceram à sessão. O presidente do condomínio dos Diários Associados, Paulo Cabral, o diretor-executivo, João Cabral, e Isa Chateaubriand – sobrinha do fundador do conglomerado, Assis



Arruda lembrou que o grupo introduziu, em 1950, a TV no Brasil

Chateaubriand – foram convidados a sentar-se à mesa do plenário.

Arruda lembrou que o grupo iniciou suas atividades quando Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo comprou *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Em setembro de 1950, quando ele inaugurou a TV Tupi de São Paulo, “primeira emissora de televisão da América Latina e quarta do mundo”, os Associados já integravam dezenas de empresas, disse o senador.

Ele lembrou que quando os equipamentos da emissora foram importados, não havia receptores no país, de modo que Chateaubriand trouxe dos Estados Unidos 600 aparelhos e os espalhou em algumas lojas de São Paulo, para perplexidade e encantamento dos transeuntes que paravam diante das vitrines.

– Para aquela geração, a tecnologia de transmissão de sinais era uma revolução grande demais. Não para

Chateaubriand, um contemporâneo do futuro – afirmou.

Outro importante fato na história dos Diários Associados destacado por José Roberto Arruda foi a criação da revista *O Cruzeiro*, que marcou época e atingiu a tiragem de 750 mil exemplares semanais em 1952, todos vendidos em bancas, observou o parlamentar. Hoje, comparou, a também semanal revista *Vêja* vende cerca de 1 milhão de exemplares, 80% deles através de assinaturas.

Arruda também registrou o lançamento, ontem, do livro *Minhas Bandeiras de Luta*, com textos de João Calmon, “um batalhador da causa da educação que dirigiu os Diários Associados após 1980, quando se deu a cassação da Rede Tupi de Televisão”. Posteriormente, Paulo Cabral assumiu o comando do condomínio de empresas e iniciou uma bem-sucedida recuperação institucional, gráfica e financeira.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) referiu-se ao *Diário de Pernambuco*, tradicional jornal que integra o condomínio, como “o maior orgulho do estado”.

Conglomerado já se preparou para novo milênio, diz Lobão

Os Diários Associados “constituem motivo de júbilo para toda a nação”, disse o senador Edison Lobão (PFL-MA), durante a sessão de homenagem. Ele destacou o fato de o grupo estar presente em todo o país, por meio de 43 empreendimentos que vão desde emissoras de televisão e jornais a empresas do setor imobiliário e de produção agropecuária.

Depois de afirmar ser impossível falar dos Associados sem lembrar Assis Chateaubriand, recordou a trajetória do fundador do grupo, que começou a vida na Paraíba, redigiu o primeiro artigo aos 14 anos, comprou seu primeiro jornal em 1924, criou o Museu de Arte de São Paulo (Masp), incentivou a aviação e foi o pioneiro da televisão no Brasil.

– Atualmente, 6 mil funcionários trabalham no grupo, já preparados para a entrada do novo milênio – acrescentou Lobão, registrando que ainda pertence aos



Lobão informou que os Associados reúnem hoje 43 empreendimentos

quadros do *Correio Braziliense*, outro jornal pertencente ao condomínio.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou a atitude de Chateaubriand, que deixou todo seu patrimônio para ser administrado por seus funcionários mais competentes. “Deixou para a sociedade, num gesto de desprendimento. No dia em que tivermos mais exemplos como esse, vamos ter um outro país”, disse.

Artur da Távola (sem partido-RJ) lembrou as dificuldades enfrentadas pelo grupo e elogiou o *Correio Braziliense*, que considera “um dos melhores jornais do Brasil”. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou a importância dos Associados na região Norte, destacando o jornal *Província do Pará*. Bernardo Cabral (PFL-AM) saudou a “biografia recheada de orgulhos” de Chateaubriand, e Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou os serviços que os Associados têm prestado ao Brasil.



Cabral agradeceu por confiança no futuro do grupo

Cabral promete manter defesa da cidadania

O presidente do condomínio que administra os Diários Associados, Paulo Cabral, agradeceu a homenagem prestada pelo Senado à organização dizendo-se tomado de “grande emoção”. Ele afirmou que os senadores que homenagearam os Associados demonstraram “não só erudição, mas também amizade e confiança no futuro da organização”.

– A sessão de hoje representa um marco para quem faz os Diários Associados. Procuraremos retribuir não deixando cair a bandeira de defesa da cidadania e da sociedade brasileira – afirmou Paulo Cabral.

Antonio Carlos Magalhães prevê crescimento da organização

Para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a homenagem aos 75 anos de fundação dos Diários Associados prestada pela Casa deve ser vista como um estímulo ao trabalho que vem sendo realizado por aqueles que estão à frente da organização, mantendo sempre em destaque a empresa e os princípios que nortearam a existência da rede de comunicação.



ACM ressaltou trabalho de Cabral, João Calmon e Assis Chateaubriand

O senador, que foi um dos signatários do requerimento para a realização da solenidade, disse que se sentia feliz e de certa maneira também homenageado, pois começou sua vida profissional como repórter auxiliar dos Diários Associados, na Bahia. Recordou sua convivência com o fundador, Assis Chateaubriand, e com vários outros jornalistas que estavam presentes à solenidade.

– Fomos felizes em realizar esta sessão, pois conseguimos reunir grande parte dos representantes dos Associados e estamos tributando a todos que aqui se encontram as homenagens do povo brasileiro através da sua Casa da Federação, que é o Senado Federal – afirmou.

Antonio Carlos lembrou as peculiaridades do caráter de Chateaubriand. “Ele era um homem singu-

lar, diferente, isso é que o torna maior, pois pôde realizar campanhas das mais meritórias mesmo nos piores períodos da vida do Brasil. Era um gênio na interpretação dos fatos.” Ressaltou também o trabalho e a competência do segundo presidente dos Diários Associados, João Calmon, e do atual, Paulo Cabral, pelo esforço que empreende-

ram para manter a organização. O senador agradeceu a Paulo Cabral, João Cabral, Ricardo Noblat, Ary Cunha, Maurício Dinep, Evaristo Oliveira, Mário Garófalo e Gilberto Amaral, estendendo a homenagem a todos com quem conviveu nos Diários Associados e, em especial, a Isa Chateaubriand, sobrinha de Assis Chateaubriand, que representou a família na solenidade.

– Peço que continuem com a mesma luta, fazendo um bom jornal, fazendo com que ainda cresça na sua força para voltar aos tempos idos dos Diários Associados, em um passado que ainda estimula as vitórias do presente. Que todos façam dos Diários Associados aquilo que os senadores disseram que ele representa para o Brasil. É o que eu desejo e o que eu tenho certeza que acontecerá – concluiu.

Senador agradece apoio que recebeu de dirigente do grupo

Aproveitando a comemoração do 75º aniversário de fundação dos Diários Associados, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, prestou uma homenagem particular a um dos dirigentes da organização na Bahia, Odorico Tavares.

Na manhã de ontem, no plenário, o senador lembrou o início de sua amizade com Odorico, quando foi seu subordinado como repórter nos Diários

Associados da Bahia. “Devo a ele, talvez, os momentos principais do começo da minha vida pública.”

Informou também que Odorico foi um dos responsáveis pelo renascimento do espírito das artes e da cultura na Bahia. Foi ainda graças a ele que o senador, segundo contou, conviveu mais proximamente com o fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand.

Senado volta a participar de feira do livro em Porto Alegre

O Senado vai participar, com seu estande, da 45ª Feira do Livro de Porto Alegre, que se realiza de hoje até 15 de novembro. É a segunda vez que o Senado comparece à feira da capital gaúcha, onde no ano passado recebeu o prêmio “Destaque em Criatividade” pelo trabalho de divulgação de suas publicações.

Uma das mais tradicionais no país e com a característica marcante de ser realizada em praça pública, a Feira do Li-

vro de Porto Alegre deve receber neste ano 1,6 milhão de pessoas e vender 450 mil exemplares, conforme estimativa da Câmara Rio-Grandense do Livro. Alcançada a meta, haverá 8% de crescimento em relação ao ano passado.

O estande do Senado levará para a feira diversos lançamentos e os mais de 100 títulos do Catálogo de Publicações, que inclui clássicos como *Minha Formação*, do político e escritor

pernambucano Joaquim Nabuco. A seu lado, estarão obras de interesse jurídico e político, a Constituição atualizada e vários outros textos legais, todos vendidos a preço de custo.

Especialmente para esta feira, foi atualizado, com apresentação do senador José Fogaça (PMDB-RS), o livro de biografias dos senadores do Rio Grande do Sul desde o Império, que será doado aos interessados. Fogaça estará presente ao

lançamento da publicação, na próxima quinta-feira, às 19 horas. No dia 12, às 17 horas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) autografará, no pavilhão central da feira, coletânea de discursos proferidos neste ano. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) também deverá visitar a Feira do Livro de Porto Alegre.

No estande, o público poderá ainda receber o *Jornal do Senado*; assistir à transmissão ao vivo, pela TV Senado, das

sessões plenárias e reuniões de comissões; ouvir a Rádio Senado; e acessar a página do Senado na Internet.

A participação do Senado na feira envolve as secretarias de Informação e Documentação, Editoração e Publicações, de Comunicação Social e o Prodasen, e será coordenada pela diretora da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e coordenadora da Comissão Especial das Feiras do Livro, Simone Bastos Vieira.

Arruda: TCU considerou legal a venda das teles

A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que considerou, por unanimidade, legais os procedimentos relativos à privatização da Tele Norte-Leste foi qualificada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) como um atestado de honestidade e correção para os atos do governo relacionados à privatização do setor de telecomunicações. A Tele Norte-Leste é uma das empresas oriundas da divisão do Sistema Telebrás, quando de sua desestatização:

— A decisão do TCU não deixa nenhuma dúvida, também, sobre a conduta do ex-ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, e do ex-presidente do BNDES, Pio Borges, que à época conduziram o processo de privatização da empresa — disse Arruda.

O líder do governo no Senado afirmou que as acusações de favorecimento por Mendonça de Barros a um consórcio que participou do leilão foram rechaçadas pelo TCU. Conforme informou, o Tribunal de Contas reconheceu “de forma cabal a legalidade dos procedimentos do governo

no leilão” e que os contatos mantidos com vários consórcios interessados na empresa objetivavam apenas criar condições de competição para alcançar o melhor preço.

Arruda salientou que “as falsas acusações” contra Mendonça de Barros e seus auxiliares levaram o então ministro a pedir demissão. O senador lamentou que muitos não tenham entendido a legitimidade da venda da estatal em benefício dos cofres públicos.

Em aparte, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que, depois de quase um ano, a verdade veio à tona e comprovou que o ex-ministro Mendonça de Barros e sua equipe agiram dentro da lei na privatização da Tele Norte-Leste, sem favorecer qualquer grupo. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que sempre acreditou no ex-ministro e que ele “foi condenado por ser competente”. Álvaro Dias (PSDB-PR), também em aparte, ressaltou que a decisão do TCU foi “inquestionável” e observou que Mendonça de Barros e sua equipe foram ilegitimamente acusados.



Marina recebe diretor do Banco Mundial

A senadora Marina Silva (PT-AC) recebeu em seu gabinete o diretor do Banco Mundial Gobind Nankani, que veio pedir a avaliação da parlamentar sobre programas sociais desenvolvidos pela instituição. Ela propôs a realização de nova reunião, dessa vez com a presença de outros representantes da sociedade civil

diretamente interessados no assunto. Os efeitos da globalização foram abordados no encontro. Marina disse a Nankani que a mundialização da economia agravou a exclusão social no Brasil. Participaram do encontro assessores do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e do deputado Aloísio Mercadante (PT-SP).

Desembargador nega acusações e se diz vítima de difamação

Em depoimento à CPI do Judiciário, magistrado de Mato Grosso garante que denúncias são fruto de interesses contrariados



Em depoimento ontem de manhã à CPI do Judiciário, o desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) Odiles de Freitas Souza garantiu aos senadores que não são verdadeiras as denúncias feitas contra ele pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro. O desembargador lamentou que, junto com outros membros do TJMT, tenha sido “acusado e condenado à execração pública” pela imprensa, através de uma campanha difamatória que, segundo o magistrado, teria sido organizada por pessoas que perderam demandas julgadas pelo tribunal.

Odiles Souza afirmou que foi Leopoldino do Amaral quem desencadeou a campanha contra os integrantes do TJMT. Segundo o magistrado, as razões para as denúncias teriam sido, inicialmente, o fato de o juiz ter se sentido preterido em algumas promoções. Mais recentemente, de acordo com o desembargador, o magistrado teria intensificado os ataques aos colegas de tribunal em virtude de uma investigação movida contra Leopoldino, a respeito de saques irregulares ocorridos na 2ª Vara de Família da comarca de Cuiabá, quando presidida por ele.

Respondendo a perguntas do relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), sobre denúncias feitas por Leopoldino do Amaral de que teria feito viagens à fazenda de um narcotraficante na fronteira do Brasil com a Bolívia, o desembargador explicou que, nas duas vezes em que esteve na propriedade, não sabia que o dono do imóvel, Lúcio Salomão, tinha envolvimento com o tráfico de drogas.



Odiles Souza (D) foi questionado pelos senadores Paulo Souto e Ramez Tebet (C), mas garantiu serem falsas as denúncias contra ele

Prosseguindo em suas explicações sobre o caso, Odiles Souza disse que na primeira viagem que fez à fazenda, em uma caçada, não se encontrou com Lúcio Salomão. Na segunda, à época ocupando a presidência do TJMT, ele viajou acompanhado do desembargador José Geraldo Rocha Barros Palmeira. Nessa ocasião, segundo afirmou, passou pela propriedade, a caminho da Bolívia, onde foi discutir um estreitamento das relações com autoridades daquele país,

visando diminuir o fluxo de automóveis roubados na fronteira com o Brasil. O magistrado esclareceu que este fato ocorreu em 1987 e que somente dois anos após, com a prisão do fazendeiro, tomou conhecimento de seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Indagado pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), se negociar com autoridades da Bolívia a ampliação do combate ao roubo de automóveis seria função de um magistrado, Odiles Souza disse que não. Sua intenção e a do desembargador Geraldo Palmeira, conforme explicou, era tentar diminuir o roubo de automóveis, já que ele acreditava que uma solução das autoridades competentes demoraria muito.

Magistrado confirma amizade com empresário alvo de denúncia

O desembargador Odiles de Freitas Souza confirmou aos membros da CPI que tem laços de amizade com o empresário Josino Guimarães, acusado em depoimento prestado à comissão pelos advogados Elarmin Miranda e Marco Aurélio Rodrigues Ferreira de intermediar a venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Porém, o magistrado negou que Josino o tenha procurado alguma vez tentando influenciar no resultado de qualquer decisão judicial tomada por ele.

Indagado pelo senador Paulo Souto, relator da CPI, Odiles Souza disse que também tinha relações comerciais com Josino através da revendedora Rondomaq, do pai do empresário, de quem teria comprado tratores. O relator pediu explicações sobre o fato de uma diligência da Polícia Federal ter encontra-

do cheques do magistrado relacionados a um imóvel pertencente a Josino.

Odiles disse que estava pagando algumas duplicatas na revendedora de tratores quando foi abordado por Josino, que teria pedido quatro cheques emprestados para vincular ao contrato para início de construção de uma casa. O magistrado informou que, como o empresário não dispunha de conta em banco e era seu amigo, concordou em fazer o empréstimo dos cheques.

Respondendo aos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Carlos Wilson (PPS-PE), vice-presidente da CPI, Odiles Souza disse que não acredita que Josino Guimarães esteja envolvido na intermediação da venda de resultado de sentenças. O magistrado justificou o fato de o empresário ter se negado a responder às perguntas dos membros da CPI,

quando convocado a depor, por achar que ele estava sofrendo muita pressão, principalmente por ter sido preso sob a acusação de estar envolvido com o assassinato do juiz Leopoldino Marques do Amaral.

Diante das várias perguntas feitas por Paulo Souto e pelo senador Djalma Besa (PFL-BA), Odiles Souza negou que tenha ocorrido irregularidades na sua decisão de indeferir um recurso de suspeição sobre o juiz responsável pelo processo de inventário da herdeira do ex-desembargador Péricles Rondon, Beatriz Rondon. De acordo com o dossiê encaminhado por Leopoldino do Amaral à CPI, o desembargador Ernani Vieira de Souza era enteado do magistrado falecido e teria se apossado de todo o espólio, que teria Beatriz como única herdeira legítima.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h — Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (gravado)
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — Subcomissão do Cinema Brasileiro (gravado)
18h30 — *Entrevista* — Senador Lúcio Alcântara fala sobre federalismo e democracia
19h — Fala Cidadão
19h30 — *Debate* — Senador Alberto Silva e Raimundo Garrido, secretário de Recursos Hídricos, falam sobre a Agência Nacional de Águas
20h30 — *Entrevista* — Senador Geraldo Cândido fala sobre o desemprego no Brasil
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Consulta Marcada* — O cardiologista Renault

Ribeiro Jr. fala sobre as doenças do coração
22h30 — *Síntese* — Energia (2ª parte)
23h30 — *Filme* — *Yndio do Brasil* (de Sylvio Back)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Francelino Pereira vê aproximação entre cineastas e parlamentares

Senador defende o fim dos preconceitos que ainda possam existir no meio cinematográfico em relação aos políticos e diz que o Congresso Nacional pode ser considerado “um espelho do país”

O relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador Francelino Pereira (PFL-MG), disse ontem, durante audiência pública da subcomissão com representantes de diversos segmentos do setor, que a distância entre parlamentares e cineastas “está começando a desaparecer”. Este, segundo ele, é o primeiro resultado concreto dos trabalhos da subcomissão.

Levantar as principais dificuldades que impedem a atividade cinematográfica de se desenvolver tecnicamente e ocupar o espaço que lhe cabe na vida cultural brasileira são, segundo o relator, o objetivo da subcomissão, que, ao final das suas atividades, deverá apresentar propostas para alteração da legislação nessa área.

Francelino defendeu o fim dos preconceitos que porventura ainda existam em relação ao homem público por parte daqueles que fazem cinema, “porque aqui não tem ninguém nomeado, todos fomos eleitos”. O senador ressaltou que o Congresso é o resultado das virtudes e dos defeitos da sociedade brasileira. “Somos um espelho do país”, afirmou.

O presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), considerou insuficiente a linha adotada pelo governo para estimular a atividade cinematográfica. Ele recomendou a adoção de novas políticas públicas, mais contundentes.

Por sua vez, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) destacou o acerto da proposta feita pela produtora Mariza Leão, uma das três expositoras dessa manhã na subcomissão, no sentido de que a televisão passe a exibir filmes nacionais.

No entanto, ele ressaltou: “A parceria com a TV deve ser viabilizada, mas de uma maneira que interesse à televisão, para que ela não aja de má vontade”.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concordou que a aproximação entre a televisão e o cinema brasileiro deve ser estimulada. Ele também aplaudiu as produções regionais para a televisão. “No Ceará há uma TV a cabo especializada em produção local, que faz grande sucesso junto ao público”, assegurou.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) manifestou-se contrário a que a televisão “seja obrigada” a exibir filmes nacionais. Para ele, são linguagens bastante diferentes e dificilmente daria certo:

– Eu mesmo nunca ia querer assistir a uma novela em tela de cinema – ressaltou o senador.



Os senadores da subcomissão deverão apresentar propostas para alterar legislação que regula a atividade

Ratton propõe taxaço de filme estrangeiro

O diretor Helvécio Ratton – vencedor do último Festival de Cinema de Brasília com o filme *Amor e Companhia* – defendeu, durante audiência pública na Subcomissão do Cinema, a taxaço dos filmes estrangeiros, como forma de estimular a produção e a exibição do cinema brasileiro. Para o cineasta, são necessários recursos além daqueles originados pelas leis de in-

centivo à cultura.

Ratton citou o filme *Guerra nas Estrelas – Episódio I*, que foi exibido em cerca de 400 salas no Brasil, teve um faturamento estimado de US\$ 30 milhões e deixou R\$ 1,90 nos cofres públicos. “É significativo que a parcela das elites nacionais que combate o cinema brasileiro não considere um escândalo esse confisco financeiro”, lamentou.

Para o diretor, a arrecadação pode ser investida não somente na produção de filmes brasileiros, como também em sua divulgação, tornando menos desigual a competição com os filmes norte-americanos.

– Existem alternativas para financiar o cinema brasileiro sem que os recursos devam necessariamente sair dos cofres públicos – afirmou.

Produtora quer exibição mais freqüente na televisão

A produtora Mariza Leão lamentou a falta de competitividade do cinema brasileiro em relação aos filmes americanos. Segundo a produtora, a produção nacional leva grande desvantagem por não ser exibida regularmente na televisão. Outro problema apontado por ela é a falta de divulgação dos filmes



Mariza Leão cita o papel do cinema na afirmação cultural

nacionais. Mariza assegurou que as obras de qualidade costumam ser prestigiadas pelo público. O problema – disse – é que, enquanto os americanos, por exemplo, gastam muito para divulgar seus filmes, o produto nacional praticamente chega ao mercado exibidor sem ser conhecido.

O trabalho que está sendo realizado pela Subcomissão do Cinema vem recebendo boa acolhida dos profissionais que trabalham na área, assegurou a produtora. Ao defender uma

maior visibilidade para os filmes brasileiros, a produtora lembrou a importância do cinema como fator de afirmação de um povo e sua cultura.

– Basta vermos qual a imagem que teríamos dos mexicanos se nossa experiência sobre eles se limitasse ao que vemos nos filmes americanos. Ali, os mexicanos são mostrados com seus enormes sombreros, sempre sonolentos e com um copo de tequila ao lado. Já os brasileiros, segundo Hollywood, estariam representados pelo Zé Carioca – protestou.

Santeiro lembra desemprego entre jovens profissionais

O professor e diretor de cinema Sérgio Santeiro disse ontem que, apesar de a atividade cinematográfica no Brasil ter registrado um crescimento nos dois últimos anos, apenas 30% dos alunos formados nessa área encontram trabalho no mercado de audiovisual. Ele atribuiu essa distorção às “imensas desvantagens que o produto nacional enfrenta em relação aos filmes estrangeiros”.

A situação foi exemplificada por Santeiro ao citar a atitude dos exibidores, que, depois da extinção

da Embrafilme, passaram a desconsiderar a lei que os obrigava a mostrar um curta-metragem antes de cada longa, fosse ele estrangeiro ou nacional. Segundo o diretor, o Ministro da Cultura, Francisco Weffort, tem evitado enfrentar esse problema por causa dos prováveis atritos que a atitude provocaria “com os aliados do cinema americano”.

Sérgio Santeiro observou que os responsáveis pela formulação de uma política para o cinema devem estar cientes da importância da ampliação



Santeiro acredita que o ministro Francisco Weffort evita atritos com “aliados do cinema americano”

do mercado de trabalho. “Para que futuro estamos encaminhando esses jovens estudantes de atividades audiovisuais, se não nos preocuparmos com uma perspectiva de mercado para eles?”, questionou.

Cândido defende jornada de 35 horas semanais

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fala hoje, em entrevista à TV Senado, sobre proposta de sua autoria que reduz a jornada de trabalho para 35 horas semanais e limita as horas extras, com o objetivo de gerar novos empregos. A entrevista vai ao ar às 20h30.

Geraldo Cândido cita dados da Universidade de Campinas (Unicamp), segundo os quais o Brasil tem hoje sete milhões de desempregados, ocupando o 4º lugar no mundo no ranking do desemprego. Ele afirma que essa situação é causada pelo modelo neoliberal e pela globalização da economia.

O senador defende a limitação da remessa de lucros para o exterior e o pagamento dos juros da dívida interna e externa “porque sobraria mais dinheiro para investimentos e criação de novos empregos”.

TV Senado mostra especial sobre fortes do Brasil

Estreia neste fim de semana, na TV Senado, o especial *Fortes do Brasil*, uma série de três programas que mostram as fortalezas do Rio de Janeiro. Localizadas em pontos estratégicos da Baía da Guanabara, elas escondem belezas e histórias desconhecidas da maioria dos brasileiros e até dos cariocas.

No primeiro programa, que vai ao ar amanhã, às 10 e às 19 horas, e no domingo, nos mesmos horários, será mostrado o Forte de Copacabana, fortificação que já foi considerada uma das mais poderosas do mundo, e que em 1922 foi palco da revolta que deu início ao movimento tenentista. A série foi produzida em cooperação com o Centro de Comunicação Social do Exército.

Médico alerta para epidemia de doenças do coração

Países como Índia, China, Indonésia e Brasil vão enfrentar uma epidemia de doenças do coração na próxima década, conforme dados da Organização Mundial de Saúde. Esse é o tema do programa *Consulta Marcada*, que convidou o cardiologista Renault Ribeiro Júnior para falar sobre as atitudes que as pessoas podem tomar para evitar problemas cardíacos. O programa vai ao ar hoje, às 21h30.

Para o cardiologista, a informação é essencial para minimizar o problema. Segundo ele, o paciente que se cuida desde cedo pode evitar uma possível internação hospitalar e até uma cirurgia.